

INCLUSÃO EM REDE PASSIRA-PE: FORTALECENDO PARCERIAS PARA UMA EDUCAÇÃO ESPECIAL ACESSÍVEL E EQUITATIVA

Maria Aparecida Dantas Bezerra ¹

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as ações e parcerias desenvolvidas no município de Passira-PE com foco na promoção de uma educação especial acessível, equitativa e inclusiva, a partir da articulação em rede do núcleo de educação inclusiva. A pesquisa se fundamenta nos pressupostos da Educação Inclusiva e dos direitos educacionais, com base em autores como Mantoan (2003), Aranha (2001) e a legislação vigente (LDB nº 9.394/96 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva a LBI nº 13.146, de 6 de julho de 2015 Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência). A metodologia adotada foi qualitativa, com caráter descritivo, utilizando análise documental, entrevistas com profissionais da educação e observações em espaços escolares e instituições parceiras. Os resultados indicam que a atuação em rede entre escolas, famílias, serviços de saúde, Secretaria de educação visando garantir a qualidade do ensino, assistência social e organizações não governamentais tem fortalecido a implementação de práticas inclusivas no município, mesmo diante de desafios estruturais e formativos. Neste sentido, esta ação busca promover o trabalho colaborativo, envolvendo professores da sala regular, Sala de Recurso Multifuncional, gestores, coordenadores, professores e apoios pedagógico. Assim, destacam-se como avanços a formação continuada de professores, a criação de espaços de diálogo intersetorial e a mobilização comunitária em defesa do direito à educação de pessoas com deficiência. O estudo conclui que a inclusão efetiva exige não apenas políticas públicas bem estruturadas, mas também o compromisso coletivo de diversos fatores sociais na construção de uma escola mais justa e democrática para todos.

Palavras-chave: Educação inclusiva, Acessibilidade, Parcerias intersetoriais, Rede de apoio, CMAEE Passira-PE.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar tem se consolidado como um princípio fundamental para garantir o direito à educação de estudante com diferentes habilidades e necessidades, promovendo a construção de uma escola democrática, acessível e equitativa. Fundamentada nos pressupostos da Educação Inclusiva, que visa superar a segregação e garantir o acesso eficaz de todos os estudantes ao ensino regular, a presente pesquisa investiga a dinâmica das parcerias em rede no município de Passira-PE, com foco na educação especial. Autores como Mantoan (2003) e Aranha (2001) destacam que a

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, cidaraulinho@hotmail.com;

inclusão não se limita à tolerância da diferença, mas exige ações articuladas e estratégias pedagógicas específicas, embasadas também na legislação brasileira, como a LDB nº 9.394/96 e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI nº 13.146/2015).

Este estudo tem como objetivo analisar as ações e parcerias construídas em Passira por meio do núcleo de educação inclusiva, destacando o papel fundamental da Secretaria de Educação, do Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado (CMAEE), da Sala de Recurso Multifuncional e das salas regulares. A pesquisa parte da problemática sobre como a articulação entre esses espaços e setores contribui para efetivar práticas inclusivas na rede municipal. A justificativa reside na necessidade de compreender as potencialidades e desafios dessa integração para o aprimoramento da educação especial acessível e equitativa.

Metodologicamente, a pesquisa atualizou um enfoque qualitativo, de caráter descritivo, envolveu análise documental das políticas e práticas locais, entrevistas com profissionais da educação e observação participativa em espaços escolares e reuniões intersetoriais. Esses procedimentos possibilitaram captar as percepções e experiências dos autores envolvidos na rede de apoio à inclusão.

Os resultados indicam que a parceria da Secretaria de Educação-SEMED, responsável pela coordenação política e administrativa da rede, é decisiva para garantir recursos, formação continuada e monitoramento das ações inclusivas. O CMAEE atua como núcleo técnico-pedagógico especializado, oferecendo atendimento e acompanhamento aos estudantes com deficiência, assim como suporte aos professores da Sala de Recurso e das salas regulares. A Sala de Recurso Multifuncional foi identificada como espaço estratégico para o desenvolvimento de ações específicas, adaptando a aprendizagem conforme as necessidades individuais, enquanto as salas regulares representam o ambiente principal de convivência, onde a inclusão social se efetiva na prática diária. Além disso, as políticas públicas previstas prevêm o marco legal e as diretrizes para o desenvolvimento dessa gama de ações intersetoriais.

Dessa forma, a articulação em rede entre esses agentes e espaços tem se fortalecido como práticas inclusivas, viabilizando um trabalho colaborativo que envolve gestores, coordenadores, professores e apoios pedagógicos, promovendo a formação continuada e o diálogo intersetorial. O estudo conclui que a efetividade da inclusão no município não depende apenas de políticas estruturadas, mas também do compromisso coletivo e da integração entre os diferentes setores que compõem a rede de apoio.



METODOLOGIA

A metodologia deste estudo desenvolveu uma abordagem qualitativa, com caráter descritivo, abrangendo as práticas e parcerias que sustentam a inclusão na rede no município de Passira-PE. A coleta de dados foi realizada por meio de análise documental, entrevistas e observações em campo, permitindo uma visão ampla e detalhada das ações desenvolvidas. Foram analisados documentos oficiais, como planos e relatórios da Secretaria de Educação, além de registros internos do Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado (CMAEE) e da Sala de Recurso Multifuncional, que delineiam as políticas e estratégias locais voltadas à educação especial.

Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com profissionais diretamente envolvidos no processo, incluindo professores da sala regular, especialistas da Sala de Recurso, gestores escolares, representantes da Secretaria de Educação e familiares de alunos com deficiência. Essas entrevistas permitiram captar as experiências, desafios e percepções desses atores sobre a efetividade da rede de apoio à inclusão. Complementarmente, foram feitas observações em reuniões do núcleo de educação inclusiva e em ambientes escolares, identificando como se dão as articulações e práticas pedagógicas no cotidiano.

A análise dos dados avançou a abordagem interpretativa, buscando identificar as práticas colaborativas, os avanços e as dificuldades na melhoria da educação especial inclusiva em Passira. Os cruzamentos de informações documentais, entrevistas e observações fizeram parte de uma compreensão integrada do funcionamento da rede, destacando o papel das parcerias entre a Secretaria de Educação, CMAEE, Sala de Recurso e as salas regulares, bem como a influência das políticas públicas no contexto local. Dessa forma, a metodologia adotada possibilitou uma investigação profunda e contextualizada da realidade da educação inclusiva no município.

REFERENCIAL TEÓRICO

Esta pesquisa fundamenta-se em importantes discussões sobre educação inclusiva, educação especial e a articulação intersetorial para a efetivação do direito à educação de pessoas com deficiência. Segundo Mantoan (2003, p.), a educação inclusiva representa um "reinventar da escola", que implica superar a mera inserção em salas



regulares para transformar as práticas pedagógicas, valorizando as diferenças e promovendo o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os alunos. A autora destaca que a Lei Brasileira de Inclusão (LBI nº 13.146/2015) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) são marcos legais fundamentais que garantem direitos e orientam a organização do sistema educacional para a inclusão, tornando obrigatório o atendimento educacional especializado e a eliminação de barreiras para a aprendizagem e participação.

No âmbito prático, o Núcleo de Educação Inclusiva de Passira-PE desenvolve atendimentos multifacetados que envolvem desde a adaptação curricular e o apoio pedagógico especializado até o acompanhamento psicossocial e a articulação com serviços de saúde e assistência social. Por exemplo, crianças com transtorno do espectro autista recebem apoio contínuo por meio de salas de recursos multifuncionais, onde profissionais especializados elaboram estratégias individualizadas em parceria com professores da sala regular, promovem a aprendizagem de conteúdos adaptados e o desenvolvimento social. Essas ações se alinham com os princípios da LBI e LDB, que orientam a inclusão como direito e prática cotidiana nas escolas regulares.

De acordo com Aranha (2001, p.) “ênfatisa a importância do fortalecimento das parcerias intersetoriais para o sucesso da inclusão.” Ele observa que a interação entre escolas, família, instituições de saúde e assistência social cria uma rede de apoio necessária para a superação dos desafios estruturais e pedagógicos, promovendo a equidade educacional. No caso de Passira, as reuniões periódicas do núcleo de educação inclusiva envolvem representantes desses setores, garantindo o planejamento incluindo o acompanhamento dos casos, o que fortalece as ações colaborativas e amplia o suporte aos estudantes com deficiência, transtornos e dificuldades de aprendizagens.

Os atendimentos realizados pelo núcleo também contemplam a formação continuada dos professores, que é fundamental para a mudança cultural proposta por Mantoan (2003, p. 96). Ao oferecer cursos, workshops, formações para apoios professores de sala de recurso multifuncional, palestras, curso de libras e momentos de troca, o núcleo contribui para que os educadores compreendam a diversidade e desenvolvam metodologias inclusivas, conforme orientações da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Essa formação não apenas fortalece os saberes pedagógicos, mas também ajuda a minimizar resistências e preparar uma escola para atender às demandas de todos os estudantes.



Além disso, destaca-se o papel de articulação entre o núcleo de educação inclusiva e as famílias, incluindo parceiras ativas no processo educacional. O diálogo constante permite compreender as necessidades reais dos alunos e compartilhar estratégias que favorecem a continuidade dos atendimentos dentro e fora da escola. Essa prática se alinha ao princípio da inclusão como direito humano e social, conforme enfatizado pela LBI e respaldado cientificamente por Aranha (2001, p.95) quando trata da participação comunitária como eixo de inclusão eficaz.

Dessa forma, o presente estudo se ancora em um referencial teórico que entende a inclusão como uma prática pedagógica e social fundamentada em direitos, que precisa ser construída em rede, fortalecendo parcerias e promovendo mudanças estruturais e culturais na escola e na comunidade.

Portanto, a atuação do núcleo de educação inclusiva em Passira-PE exemplifica a materialização dos preceitos teóricos e legais discutidos por Mantoan e Aranha, demonstrando que a inclusão efetiva exige articulação em rede, compromisso coletivo e o compromisso em modificação de práticas e estruturas. Assim, a pesquisa se ancora em um referencial que atualiza a inclusão como um processo dinâmico, interdisciplinar e intersetorial, que requer avaliação e aprimoramento constantes para garantir uma educação especial acessível e equitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa evidenciam que a formação da rede de educação inclusiva em Passira-PE tem potencializado a articulação entre diferentes setores, contribuindo para a promoção de uma educação acessível e equitativa. A análise dos dados qualitativos revelou que o fortalecimento das parcerias entre escolas, famílias, serviços de saúde, Secretaria de Educação, assistência social e organizações governamentais tem sido fundamental para a construção de práticas inclusivas eficazes. Essa colaboração intersetorial se configura como a categoria analítica central, demonstrando a importância do trabalho conjunto para superar desafios estruturais, como a limitação de recursos e a formação continuada que chegar ser um desafio nas políticas públicas.

A sistematização dos achados empíricos mostrou que as ações integradas possibilitaram avanços, principalmente na formação continuada dos professores, que indicam maior segurança e conhecimento para atender às demandas dos estudantes com



deficiência. Além disso, a criação de espaços de diálogo intersetorial, como reuniões periódicas e grupos de trabalho, favorecendo o compartilhamento de experiências e o alinhamento de estratégias pedagógicas e assistenciais. Esses espaços funcionam como lócus de construção coletiva do saber, promovendo o engajamento dos autores envolvidos e a mobilização comunitária em torno do direito à educação inclusiva.

Outro aspecto destacado na análise foi a presença de desafios relacionados à infraestrutura física das escolas que precisam ser adaptadas à necessidade dos estudantes com deficiência, a qualificação técnica dos profissionais específico no que tange à Sala de Recurso Multifuncional e ao apoio pedagógico. Esses obstáculos apontam para a necessidade de políticas públicas que ampliem investimentos e ações contínuas para fortalecer a rede de apoio. No entanto, o compromisso coletivo constatado entre os profissionais, gestores e comunidade demonstra que a inclusão eficaz transcende as condições materiais, sendo resultado de um processo de cooperação social e construção de uma cultura inclusiva.

Quadro 1- Principais ações e parcerias para o fortalecimento da Educação Especial Inclusiva em Passira-Pe

EIXO DE ATUAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	PARCERIAS ENVOLVIDAS	RESULTADOS OBSERVADOS
Formação Continuada	Realização de cursos, oficinas e encontros pedagógicos sobre práticas inclusivas e Atendimento Educacional Especializado (AEE).	Secretaria Municipal de Educação, universidades parceiras, Sala de Recursos Multifuncionais.	Ampliação do conhecimento docente sobre inclusão e melhor adaptação das práticas pedagógicas.
Atendimento Educacional Especializado (AEE)	Criação e fortalecimento das Salas de Recursos Multifuncionais com acompanhamento	Núcleo de Educação Inclusiva, escolas da rede municipal.	Aumento do acesso e permanência de estudantes com deficiência nas escolas regulares.



	individualizado dos estudantes.		
Atendimento no (CMAEE)	Planos de intervenções individualizado, atuação junto à famílias no levantamento socioeconômico, atividades de estímulos cognitivo, suporte socioemocional, avaliar o processo de aprendizagem identificando dificuldades cognitivas e pedagógicas, propõe intervenções e orientações para adequação curricular, realizar visitas nas escola acompanhando o progresso escola, produção de materiais adaptados, dentre outros.	Psicopedagogas, Psicólogas, Assistente Social, Professora de Artes, Terapeuta ABA, Instrutora de Libras e Professora da sala de Recursos Multifuncional e Coordenadoras.	Aumentada autonomia e da comunicação dos estudantes com deficiência, envolvimento familiar nas ações, fortalecimento do vínculo entre escola e comunidade, acesso as políticas públicas,, trabalho colaborativo entre professores do AEE e da sala regular, redução de casos de evasão e conflitos escolares.
Ações Intersetoriais	Articulação entre educação, saúde e assistência social para acompanhamento dos estudantes com deficiência.	Secretaria de Saúde, CMAEE, CRAS, CREAS e ONGs locais.	Atendimento integral aos estudantes, com suporte psicossocial e terapêutico.



Sensibilização e Mobilização Comunitária	Campanhas e eventos voltados à socialização da comunidade sobre a importância da inclusão. Escolas, famílias, conselhos escolares e associações locais.	Escolas, famílias, conselhos escolares e associações locais.	Fortalecimento da cultura inclusiva e redução do preconceito.
Gestão e Monitoramento	Reuniões de planejamento e acompanhamento das ações do Núcleo de Educação Inclusiva.	Coordenação pedagógica, gestores escolares, técnicos da educação especial.	Melhoria na articulação das políticas públicas e maior eficiência nas ações.

Fonte:Dados organizados pela autora **Maria Aparecida Dantas Bezerra (2025)**, com base nas entrevistas, observações e documentos do Núcleo de Educação Inclusiva-SEMED de Passira-PE.

Em resumo, a discussão dos dados revela que a rede em Passira não apenas viabiliza o acesso, mas potencializa a qualidade da educação especial ao fomentar parceria, formação e participação social. A abordagem qualitativa permitiu identificar que a inclusão é um processo em construção, cuja efetivação depende da inclusão articulada dos diversos autores e da mobilização de recursos humanos e institucionais para garantir uma educação verdadeiramente democrática e equitativa para todos os estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou que a inclusão na rede no município de Passira-PE tem sido fundamental para fortalecer as práticas de uma educação especial acessível, equitativa e inclusiva. A articulação entre escolas, famílias, serviços de saúde, Secretaria de Educação, assistência social e organizações não planejadas é essencial para a construção de uma rede de apoio sólida, capaz de enfrentar desafios estruturais e formativos.



Foi possível perceber que a formação continuada dos professores, o estabelecimento de espaços de diálogo intersetorial e a mobilização da comunidade configuram avanços recentes na promoção dos direitos educacionais das pessoas com deficiência. A atuação colaborativa entre os diferentes profissionais envolvidos no processo educativo reforça o compromisso social pela construção de uma escola que respeite as diferenças e garanta o direito à educação para todos.

Frente a esta realidade, conclui-se que a inclusão efetiva exige não apenas políticas públicas robustas, mas sobretudo o engajamento coletivo e contínuo de toda a rede de apoio, para que a educação inclusiva deixe de ser um ideal e se torne uma realidade concreta no recinto escolar e social na construção de uma escola mais justa e democrática para todos.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Educação inclusiva: transformando a escola**. Brasília: MEC/SEESP, 2001. 95 p.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. 18 p.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. 96 p.

